

O Boletim Económico é uma publicação do portal www.esquerda.net e tem como objectivo informar e discutir temas de economia e sociedade.

Para qualquer informação: Gustavo Sugahara (tel. 213 919 307) ou mail economia@esquerda.net

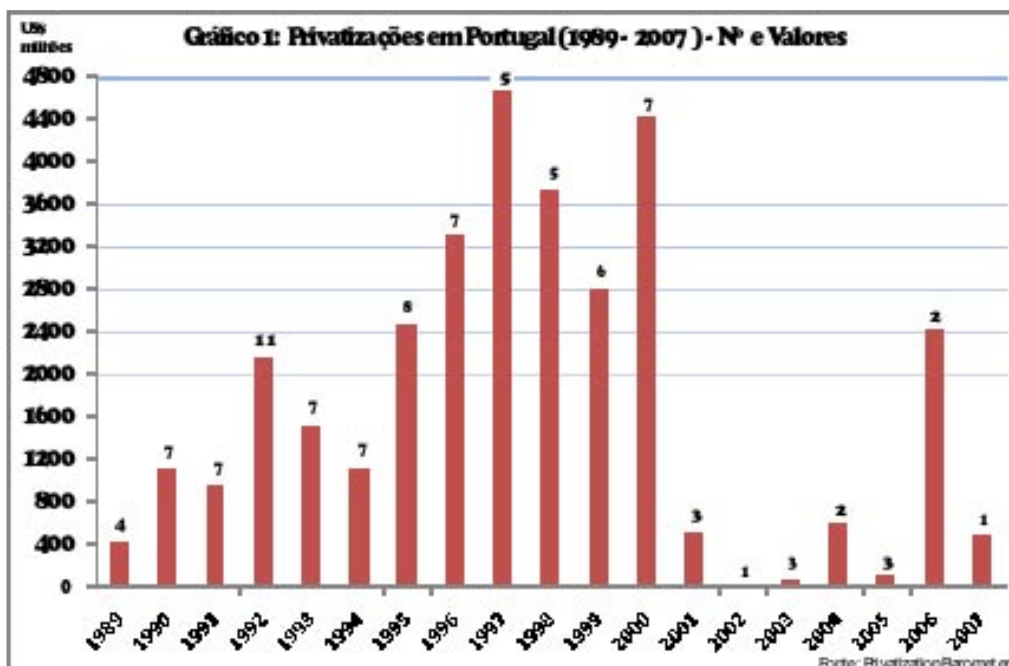
SUMÁRIO EXECUTIVO:

A OPÇÃO PELAS PRIVATIZAÇÕES:

- Neste ano o estado português espera arrecadar cerca de 900 milhões de euros com privatizações.
- Dada à não execução do programa de alienação de algumas empresas públicas em 2007, já sabemos que a Aeroportos de Portugal (ANA) e as empresas de saneamento são os próximos alvos.

ENTÃO? POR QUE É QUE EXISTEM EMPRESAS PÚBLICAS?

- Produtos e Serviços com “características” peculiares.
- Interferência directa do Estado é uma questão técnica, estratégica, e de “justiça”.



UMA PÉSSIMA OPÇÃO, UM CAMINHO SEM VOLTA?

- Pouca Transparência nos processos.
- Financiamento privado para Investimentos é mais caro.
- Único compromisso: Lucro
- Provisão privada de determinados bens e serviços pode e deve ser revertida para o estado sempre que se identifique a não conformidade com o interesse público

MAIS NOTÍCIAS NESTE BOLETIM

- Privatização da Água
- Estradas de Portugal
- Privatização da ANA e o Novo Aeroporto de Lisboa

A OPÇÃO PELAS PRIVATIZAÇÕES

Só neste ano o estado português espera arrecadar cerca de 900 milhões de euros com privatizações, o acelerar no ritmo dos processos de alienação do património público tem sido a marca da estratégia económica dos últimos governos, juntamente com a deterioração dos salários, a permissividade com a precariedade, e a deterioração na oferta dos serviços públicos (saúde e educação, no topo da lista). Ainda não divulgado, o programa de privatizações para os exercícios de 2008 e 2009 não deve trazer grandes surpresas. Devido à não execução do programa passado de alienação de algumas empresas públicas, já sabemos que a Aeroportos de Portugal (ANA) e o grupo Águas de Portugal (AdP) são os próximos alvos. A lógica por trás desta estratégia assenta sobre 3 convicções: (i) o sector privado é por natureza mais eficiente do que o público, (ii) as privatizações devem trazer investimentos privados, principalmente estrangeiros, e o (iii) equilíbrio das contas públicas (reduzir défice) é sempre o objectivo mais importante. Como veremos a seguir, para além desta lógica ser questionável, serve interesses específicos (principalmente dos grupos participam nestes processos), e os resultados, mesmo nestes termos, têm sido um enorme fracasso.

ENTÃO!? POR QUE É QUE EXISTEM EMPRESAS PÚBLICAS!?

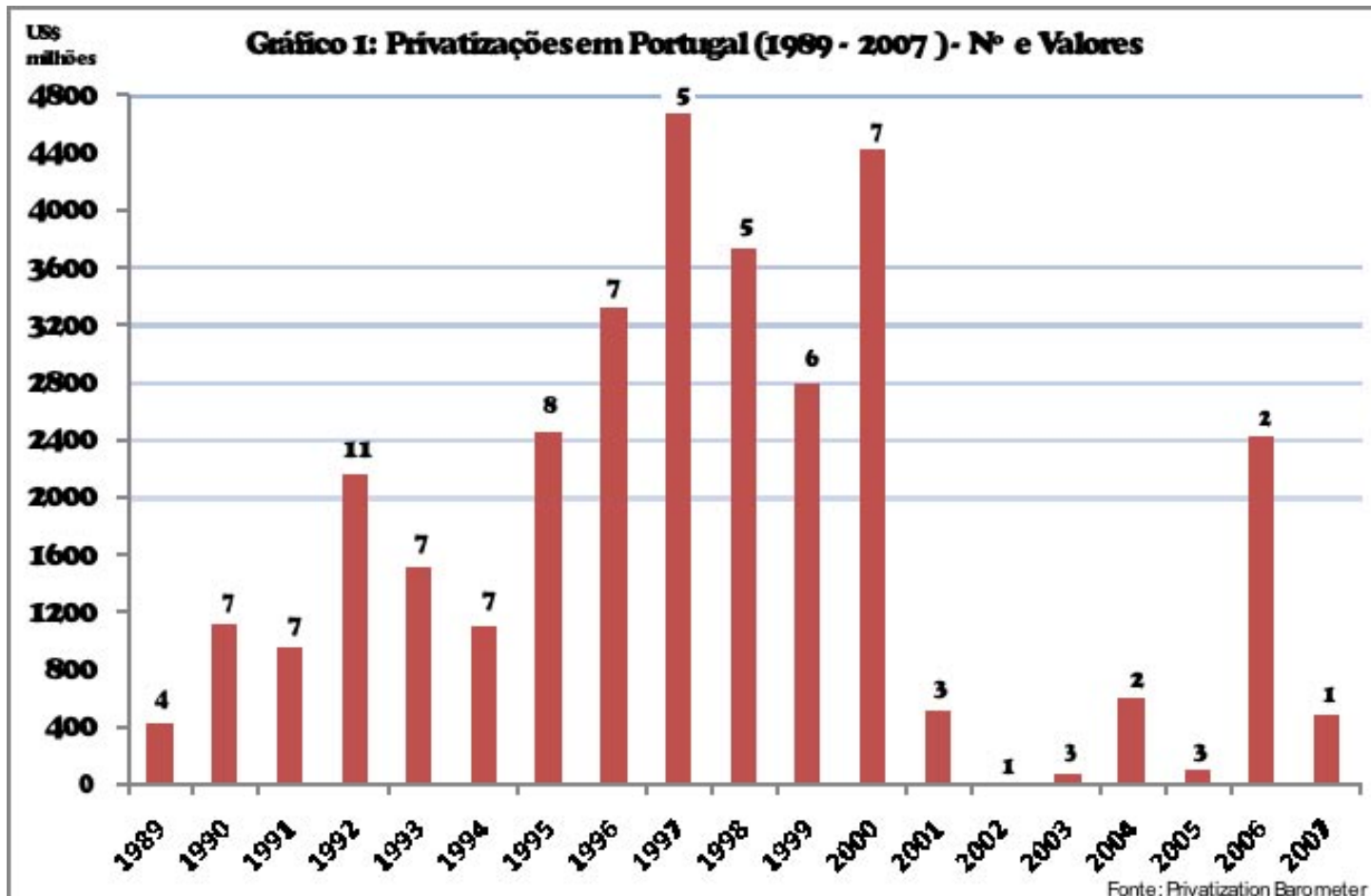
Antes de perceber o actual quadro dos processos de privatização, ou seja, da transferência da tutela de empresas públicas para o sector privado, vale a pena recordar os princípios que estão na origem da formação destas empresas.

Um bom ponto de partida é pensar em dois aspectos básicos: (i) as características dos bens e serviços providos e (ii) as consequências observadas na produção e consumo dos mesmos. A iluminação pública é um bom exemplo. Ao iluminar uma rua, todos aqueles que ali vivem ou transitam são beneficiados: menos acidentes, mais segurança, maior possibilidade de realizar tarefas durante um período mais alargado de tempo, etc. Neste caso, ao beneficiar (utilizar) da iluminação pública quando entramos em nossas casas, não impedimos que um morador do prédio em frente também o faça, efeito que não existiria se pensássemos no consumo de algum alimento, por exemplo.

Se caminhar um pouco a montante deste pequeno enredo, lembramos que a energia produzida veio de algum lugar, resultado de uma complexa e “cara” operação, com consequências tanto para aqueles que estão próximas ao local da produção (hidroeléctricas, termoeléctricas, nucleares, eólicas etc), como para aquelas próximas aos locais de transmissão. O controlo destes efeitos, bem como eventuais compensações também são questões importantes, que requerem forte acompanhamento público.

Para além destes dois aspectos, é importante ressaltar que, em diversas ocasiões, a presença directa do estado na provisão de bens e serviços também é fundamental por outros motivos. No primeiro número da [revista Vírus](#) o economista Ricardo Paes Mamede escreve sobre o trabalho de outro economista, Há-Joon Chang, e nos oferece uma excelente síntese na fundamentação da interferência directa do estado, assente em três pontos. O primeiro destaca as actividades cruciais para o desenvolvimento económico, que envolvem grandes investimentos, alto risco e períodos de gestão longos, características que afastam o investimento privado. O segundo ponto refere a existência de “monopólios naturais”, ou seja, situações onde a presença de apenas uma empresa a produzir é mais eficiente, como é o caso dos caminhos de ferro, o custo elevado na construção e manutenção das infra-estruturas inviabiliza a existência de duas empresas a concorrer. Por fim, quando a intervenção pública é fundamental para garantir a coesão social e territorial. Em outras palavras, nestes casos a interferência directa do Estado é uma questão técnica, estratégica, e de “justiça”.

O artigo destaca ainda uma série de exemplos de empresas públicas que foram e têm sido fundamentais para o desenvolvimento económico de seus países, como: Petrobrás, Renault, Embraer, etc. Poderíamos ainda oferecer exemplos no sentido oposto, ou seja, de como a tentativa de imprimir a lógica cega da liberalização tem gerado graves problemas, como foi o caso da colecta de lixo em Nápoles, da desregulamentação da venda de energia nos Estados Unidos e os escândalos envolvendo a empresa ENRON em 2001.



O Gráfico 1 mostra a evolução dos processos de privatização em Portugal. Vale lembrar que o abrandar do ritmo observado nos últimos anos veio acompanhado por uma forte ofensiva aos serviços públicos, principalmente via restrições orçamentais. A deterioração destes serviços é o mote para a re-intensificação das privatizações que se avizinha.

UMA PÉSSIMA OPÇÃO, UM CAMINHO SEM VOLTA?

Como destacamos no número anterior, uma das principais dificuldades no que diz respeito à política económica é a difusão da ideia de que as decisões que têm sido tomadas neste campo são pura e simplesmente de cariz técnico e que os desacertos se devem a questões de "calibragem".

Para além dos argumentos referidos para a existência da oferta pública de determinados bens e serviços, é também importante lembrar que os argumentos enunciados para justificar a privatização possuem muitas fragilidades.

O primeiro diz respeito à transparência nas avaliações e a flagrante discrepância que regularmente se verifica entre os preços das privatizações e a valorização posterior no mercado, o caso da REN é um bom exemplo disto no caso português. A oferta pública de acções com maior procura dos últimos anos na Bolsa de Lisboa evidenciou a questão apresentando grande divergência entre o preço fixado para venda à Párpública e o preço posteriormente lançado em mercado.

Do ponto de vista dos investimentos, fundamentais para o crescimento e o desenvolvimento económico do país, é importante

ESTRADAS DE PORTUGAL: GRANDES MUDANÇAS?

Os eventos recentes envolvendo as Estradas de Portugal (EP) vieram evidenciar o resultado prático dos programas de privatizações.

Para implementar a difícil tarefa de cortar custos, Almerindo Marques, novo presidente da empresa, começou por triplicar o salário do cargo que ocupa. Questionado no parlamento sobre a autorização do salário de 13.850 euros do presidente da EP, o Ministro das Finanças não hesitou em afirmar: "Se queremos bons gestores e bons trabalhadores é preciso que lhes paguem bem". O receituário das privatizações, geralmente apelidado de "reestruturação", não tardou muito, cerca de 500 despedimentos e o anúncio do processo de venda do edifício sede da empresa.

Numa tentativa de caricaturar as péssimas condições herdadas da gestão pública, avançou-se números sobre as péssimas condições de algumas infra-estruturas e o esdrúxulo caso da elevada proporção de viaturas e gastos com combustível por funcionário. Havendo plena concordância sobre a racionalização do uso dos recursos, restamos saber porque tais adequações não poderiam ter sido feitas sob gestão pública.

As notícias recentes sobre o "jogo do empurra" entre a EP, a Refer, e a Lusoponte, na responsabilização pela substituição do tabuleiro rodoviário da Ponte 25 de Abril, só reforçam os receios de que a transparência e o interesse público não devem prevalecer.

ressaltar que o estado tem sistematicamente feito recurso ao financiamento privado, mais caro para os portugueses. Os investimentos directos estrangeiros também podem revelar-se menos promissores do que se imagina, pois nem sempre vêm acompanhadas de transferências tecnológicas, isto significa que o país perde muito em não desenvolver algumas competências, fundamentais para o desenvolvimento. A oscilação dos mercados e a obrigatoriedade para com as transferências de lucros para as matrizes configura outro grande problema dos processos de privatizações. Com o único e exclusivo compromisso do lucro podemos assistir casos como o da Empresa Finlandesa Nokia, que possuía uma unidade na Alemanha e que, depois de usufruir de cerca de 60 milhões de euros de subsídios regionais e mais 28 milhões das autoridades federais alemãs, deslocou no início do ano sua produção para a Roménia, deixando os governantes do país de mãos atadas e cerca de 2300 desempregados. Em Portugal, o caso da OPEL Azambuja em 2006, seguiu caminho muito similar, encerrando a fábrica antes do final do contrato, previsto para 2009. Por fim, é importante ressaltar que este cenário não é irreversível. A provisão privada de determinados bens e serviços pode e deve ser revertida para o estado sempre que se identifique a não conformidade com o interesse público. Como exemplo, a nacionalizou da exploração de petróleo e gás na Bolívia em 2006, pela 3ª vez na sua história, obrigando a empresa brasileira Petrobrás a renegociar os contratos.

A PRIVATIZAÇÃO DA ANA E O NOVO AEROPORTO DE LISBOA

A polémica envolvendo a localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) foi um dos grandes assuntos da imprensa no início deste ano. Nos bastidores desta decisão, muita especulação, lobbys e pouquíssima transparência. A poeira levantada por esta questão ajudou a tirar do debate público a questão da privatização da Aeroportos de Portugal (ANA).

O “pacote” NAL mais ANA atrasou os planos do governo, que tinha como meta privatizar a ANA ainda no ano passado. A definição da localização abre nova contagem regressiva.

Para além das consequências dos planos de redução de custos, cabe lembrar a importância estratégica que o sector tem do ponto de vista da coesão territorial. Os destinos menos rentáveis devem sofrer mais um duro golpe penalizando principalmente os cidadãos mais pobres.

Ao lado de toda a polémica envolvendo a localização do NAL, e a vergonhosa disputa de caris fundamentalmente especulativa, pouco ou nada se fala sobre o 1,7 mil milhões de euros que devem ser pagos a mais pela opção ao financiamento privado ao invés do público, esta opção representa um encarecimento de um valor próximo a 1% do PIB.

A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

Como vimos, o receituário que fundamenta as opções sucessivas tomadas pelo governo, prevê que o Estado deve promover a abertura de novas fronteiras para a acumulação privada de capital via alienação de património público. Construído com o esforço e sacrifício fiscal colectivo, o património público é assim entregue aos privados, que passam a estar eximidos de risco.

A “água” está entre os próximos alvos. Como recurso natural estratégico e indispensável, e com papel fundamental no combate às desigualdades, a privatização do sector representa um dos maiores ataques ao património público dos últimos tempos.

A “chuva de candidatos” à compra da Aquapor observada no último mês de Março, com muitos grupos financeiros e empresas internacionais, atesta a potencialidade de um “belo e lucrativo negócio”. Tal manobra não deve tardar em repercutir-se sobre os 1,330 milhões de portugueses servidos pela empresa (13% da população).

Este capítulo recente da história da privatização da água em Portugal só foi possível devido a uma série de alterações legais, das quais destacaríamos a “Lei da Água”, e pelas opções tomadas pelo governo português na transposição das Directiva Europeia para o sector, expressas no Plano Estratégico da Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, o PEAASAR, já em segunda versão, referente ao período 2007-2013.

O aprofundar do projecto em curso deve repercutir negativamente na vida de todos nós. Decorre principalmente pela (i) Ausência de concorrência e fatal debilidade na regulação do sector, com muitas das características de bem público descritas na primeira parte deste boletim, e pela (ii) natureza das práticas de gestão privada que têm marcado a intervenção internacional das multinacionais que dominam o sector.

As candidaturas apresentadas para compra da Aquapor já concretizam estas preocupações. Com a prática da chamada verticalização, as empresas estrangeiras acabam por também absorver os

diversos projectos e actividades conexas inerentes à actividade, e consequentemente esvaziar as empresas nacionais de projectos nestas áreas.

Os despedimentos, primeira medida nas chamadas reestruturações, não só devem afectar as famílias dos trabalhadores envolvidos, mas também colocam em risco o bom funcionamento do serviço. Usando como critério último o custo, substitui-se mão-de-obra extremamente qualificada por prestadores de serviços simplesmente “mais baratos”.

A opacidade da contabilidade dos sistemas de gestão privada representam outra grave ameaça pois, como verificado em casos internacionais, podem desviar recursos para financiar investimentos de alto risco em outros sectores, para além de potencializarem fraudes e outros ilícitos. Do ponto de vista ambiental os sistemas privados têm sempre apresentado maior ineficiência, constatando-se uma significativa subida das perdas de água nas redes após a privatização.

Devemos observar ainda um aumento generalizado de preços, observado em todos os casos de transição da gestão pública para a privada. Ainda com muito trabalho por fazer, é de se esperar uma deslocação nos fluxos de investimento, que certamente não deve respeitar os princípios do direito à água¹ e incidir sobre as populações mais rentáveis, ao invés das que mais necessitam.

A política tarifária expressa no PEAASAR 2, que inclui o princípio da recuperação total dos custos, configura um dos maiores atentados aos serviços públicos dos últimos tempos. Com o enunciar genérico de políticas de coesão e caris social, cuidadosamente não concretizados, sabemos apenas que prevê-se soluções com o a criação de um fundo de equilíbrio tarifário. Para termos uma ideia da gravidade de algumas destas



propostas, corre-se o risco de termos uma família pobre em determinada região a pagar pela rega de um campo de golf, ou pela água utilizada na indústria, em outra.

São diversos os casos internacionais de insucesso nos processos de privatização do sector, com maior expressão nos países mais pobres. Para se ter um exemplo, em 2000, a Bolívia enfrentou uma situação de calamidade pública. Afectados pelos abusivos aumentos tarifários, a população de Cochabamba insurgiu-se. Seis mortos e dezenas de feridos foi o trágico resultado.

Nos antípodas geográficas, o parlamento dos Países Baixos, ao reconhecer a importância estratégica da água, proibiu em 2004 qualquer operadora privada de actuar no fornecimento de água. No Uruguai, uma emenda constitucional aprovada via referendo, em Outubro do mesmo ano, também seguiu no mesmo sentido e retirou a possibilidade de empresas privadas operarem no fornecimento de água para o consumo humano.

¹ Na prática resulta na adopção de 8 princípios: (1) Universalidade; (2) Qualidade; (3) Sustentabilidade; (4) Água como Factor de Desenvolvimento Regional e Local; (5) Transparência e Proximidade com os cidadãos; (6) Desenvolvimento de uma Cultura de serviço público; (7) Reforço da Capacidade de Gestão; e (8) Promoção dos Interesses, Capacidades e Competências Nacionais.